



POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Documento aprovado na 26ª Reunião do Conselho de Administração em 02/06/2023



É POR
VOCÊ
QUE A
GENTE
FAZ

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

1. INTRODUÇÃO

A Política de Divulgação de Informações da GOIASTELECOM, objetiva definir as diretrizes e procedimentos de divulgação de informações da empresa, priorizando a transparência e respeitando todos os atos e fatos relativos à empresa e à Lei vigente.

Na medida em que se garante maior facilidade de monitoramento e difusão de dados, a GOIASTELECOM proporciona, à sociedade civil e aos órgãos de controle, melhores condições de exercer o papel de fiscalização.

2. DEVERES E RESPONSABILIDADES

É dever de todos os Colaboradores da GOIASTELECOM prezar pela transparência no exercício de suas funções, devendo respeitar a legislação que regula o acesso à informação, em especial Lei Federal n. 12.527/2011, a Lei Estadual n.º 18.025/2013 e o Decreto n.º 7.904/2013, bem como o Termo de Compromisso de Confidencialidade.

Àqueles que souberem ou tiverem acesso à informação de caráter restrito, chamados de Partes Receptoras, terão a responsabilidade de zelar por sua preservação. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial, interna ou privada de determinada informação, a Parte Receptora deverá mantê-la em sigilo até que venha a ser expressamente autorizada a tratá-la de modo diferente, pela Parte Reveladora. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa da Parte Reveladora poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

A divulgação de informações da companhia por qualquer membro do Conselho de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva, colaboradores (empregados públicos, terceirizados etc.) ou partes relacionadas, deverão ser guiadas respeitando os objetivos estratégicos da instituição, a Lei vigente e, no que couber, a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018, incluindo, mas não se limitando, as seguintes diretrizes:

- As informações divulgadas por meios de comunicação social ou digital (*facebook, instagram, twitter*, blogs, sites e correlatos, manutenção e atualização dos perfis oficiais da empresa em mídias sociais, entre outros - defesa da marca, ações de promoção institucional, relações públicas, publicidade, participação e promoção de eventos institucionais, etc), devem obrigatoriamente ser executadas ou conduzidas com a orientação e intermediação de um profissional responsável pela área, não se eximindo, para tanto, da anuência da Diretoria;
- O conteúdo de discursos e declarações deve ser emitido à sociedade de forma uniforme e com foco sempre no interesse da GOIASTELECOM e em consonância com a política de Comunicação do Governo de Goiás, prezando pela transparência e veracidade nas informações prestadas;
- A GOIASTELECOM sempre estará disponível para prestar informações de interesse público, fornecendo, por meio do canal adequado, respostas, com rapidez e presteza, às solicitações regularmente realizadas, de acordo com as especificações da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), respeitados os casos de sigilo; Lei nº 18.025/2013, Decreto Estadual nº 7.904/2013 e, no que couber, a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018;
- É vedado: atender/dar entrevistas/entrar em contato diretamente com a imprensa sem que antes o assunto/demanda tenha sido levado ao conhecimento da alta direção da empresa.

3. O QUE DEVE SER DIVULGADO E QUANDO DIVULGAR?

A regra é que se publiquem, independentemente de requerimento, preferencialmente em plataforma em sítio eletrônico, as informações de interesse coletivo ou geral produzidas pelo GOIASTELECOM ou por ela custodiadas, observado o disposto no artigo 6º da Lei Estadual n.º 18.025/2013 e o artigo 6º do Decreto n.º 7.904/2013, proporcionando à sociedade civil e aos órgãos de controle, melhores condições de exercer o papel de fiscalização.

O sigilo das informações Confidenciais, cedidas pela GOIASTELECOM, não será obrigatório, (i) quando estas forem comprovadamente de domínio público antes, no momento ou após a revelação, salvo quando tal publicidade tiver ocorrido devido à violação de obrigações da Parte Receptora; (ii) quando expressamente autorizado pela GOIASTELECOM, nos termos, condições e para os destinatários aprovados por ela; (iii) quando revelada em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que a Parte Receptora cumpra qualquer medida de proteção pertinente e tenha notificado a existência de tal ordem, previamente, a GOIASTELECOM dando a companhia, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis; ou (iv) quando previsto em lei

Ocorrendo a hipótese de requerimento, este será instruído com Pedido de Acesso à Informação feito pelo site da ouvidoria (<https://www.go.gov.br/servicos-digitais/cge/nova-ouvidoria>), presencialmente ou por telefone (<https://goiastelecom.go.gov.br/contato>), contendo, no mínimo, os requisitos discriminados no artigo 9º, §1º, da Lei Estadual n.º 18.025/2013.

3.1. O PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO

A LAI (Lei de Acesso à Informação) indica, em seu art. 7º, de forma exemplificativa, o que é possível de se obter a partir de um pedido de acesso. Qualquer interessado poderá apresentar Pedido de Acesso à Informação à GOIASTELECOM, pelos meios estabelecidos, sendo instruído com a identificação - ou não - do requerente e a especificação da informação requerida.

Recebido o Pedido de Acesso à Informação e estando a informação disponível, o acesso será imediato, salvo as exceções previstas em lei.

4. O TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

A GOIASTELECOM atualizará periodicamente o sítio eletrônico, realizando tratamento das informações de interesse público entregues, evitando assim as publicações equivocadas, conforme instrução do órgão/diretoria emissor delas, em consonância com a Lei Federal nº 12.527/2011, com a Lei Estadual nº 18.025/2013 e com o Decreto Estadual nº 7.904/2013, que regulam o acesso à informação previsto na Constituição Federal.

5. O CONTROLE DO SIGILO E AS PENALIDADES

Será promovido o desenvolvimento de mecanismos de controle social da gestão da GOIASTELECOM, facilitando a fiscalização da sociedade civil e pelos órgãos de controle externo tais como Controladoria Geral do Estado (CGE) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO).

Dentro da empresa, as informações sigilosas deverão ficar restritas às pessoas que tenham necessidade de conhecê-la, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

O acesso à informação classificada ou não como sigilosa cria a obrigação, para aquele que

a obteve, de resguardar o sigilo, observadas as exceções previstas nesta Política e na Lei.

A GOIASTELECOM, na forma da Lei, responderá diretamente pelos danos que causar em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Qualquer membro do Conselho de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva, colaboradores (empregados públicos, terceirizados etc.) ou partes relacionadas, terá a responsabilidade de zelar pela boa execução desta Política e das leis pertinentes ao assunto.

É competência de cada área da GOIASTELECOM monitorar, avaliar e documentar os resultados obtidos, assim como exigir o seu cumprimento.




Com o objetivo de assegurar a transparência e o tratamento adequado das informações geradas no âmbito da GOIASTELECOM, esta Política será revisada quando necessário e apreciada pelo Conselho de Administração, órgão responsável por sua aprovação e alteração.

Os membros do Conselho de Administração da Goiás Telecomunicações S.A — GOIASTELECOM, presentes na 26ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02.06.23, declaram que se encontra aprovada a presente Política de Divulgação das Informações, na referida data.

HIPÓLITO PRADO DOS SANTOS
Diretor-Presidente

SANDRO GOMES BATISTA
Diretor de Gestão, Finanças e Relações com Investidores c/c
Diretor Comercial e de Operações

ANEXO I - REVISÃO DO DOCUMENTO

Aprovador	Cargo	Versão	Assinatura	Data
Hipólito Prado dos Santos	Diretor-Presidente	2.0 (2023-2024)		02.06.23
Sandro Gomes Batista	Diretor de Gestão Finanças e Relação com investidores c/c Diretor Comercial e de Operações	2.0 (2023-2024)		02.06.23
Wagner de Oliveira Lamônica	Gerente Geral	2.0 (2023-2024)		02.06.23



Tel.: (62) 3089-0783

Sede da empresa: Rua João de Abreu, esq. com a Rua 9, nº 192.

Ed. Aton Business Style. 15º Andar - Salas 154-157 B. Setor Oeste. Goiânia-GO - CEP 74.120-110

www.goiastelecom.go.gov.br